

O MOVIMENTO SECUNDARISTA COMO PROCESSO SOCIALIZADOR E AQUISIÇÃO DE SABER

Michelle Laura da Silva (1); Lisandro Rodrigues de Almeida Braga (4)

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, lauraguerreirah@gmail.com.

Em outubro de 2015, o movimento de ocupação das escolas estaduais de São Paulo realizado pelos estudantes promoveu a abertura de um novo ciclo de lutas estudantis com intuito de contestar as ações estatais que de tempos em tempos protocola mudanças que colaboram para a precarização do ensino educacional brasileiro.

O motivo das ocupações estudantis advém de um anúncio realizado pelo governador do estado de São Paulo (Geraldo Alckmin), informando toda a comunidade escolar sobre a implementação do Programa de Reorganização Escolar. Não houve diálogo prévio ou consulta as comunidades que seriam afetadas. Programa este que, previa o fechamento de 94 escolas, mais de 300 mil alunos afetados, dezenas de professores e funcionários terceirizados que sofreriam diretamente com a perda de seus empregos e o acarretamento de mais de um milhão de alunos da rede do ensino público e professores concursados que seriam remanejados de suas escolas e por seguinte a realização de unificação dos ciclos de ensino, no qual o argumento utilizado pela Secretaria da Educação era “Alunos em escolas de ciclo único aprendem mais”.

"A diretoria já chegou com a matrícula de outro colégio para a minha mãe assinar, não nos perguntaram nada. Lá vai ser mais longe de casa, bem pior. As outras escolas é que deveriam vir pra cá, porque nossa estrutura é gigante" – Júlia, 16 anos (EIROA, 04 dez. 2015, Trip).

Perante esta ação estatal liderada por Alckmin, os estudantes sentiram-se encurralados e a forma que encontraram de se fazerem ouvir e mostrar seus posicionamentos contrários a esta medida foi organizar o movimento secundarista que contestasse esse Programa de Reorganização Escolar, exigindo participação ativa nos debates e nas decisões sobre as direções da educação pública nos órgãos institucionalizados.

Diante deste cenário, as discussões que este trabalho pretende realizar permeia a ação do movimento secundarista como instância processual da socialização e aquisição de saber que os adolescentes adquirem ao se fazerem presentes e consequentemente proceder à militância pelos ideais e projetos de contestação que o movimento proporciona.

A pesquisa aqui apresentada é de caráter bibliográfico, na qual a mesma baseia-se em autores que discutem e analisam o movimento secundarista e o movimento estudantil universitário, visando os benefícios que estes movimentos proporcionam aos jovens que, em sua maioria, pertencem às classes desprivilegiadas.

As ocupações com início em outubro de 2015 e com seguimento no ano de 2016 atingiu fortemente as estruturas governamentais, midiáticas e a opinião da população em geral. As ocupações ocorreram no estado de São Paulo com o objetivo de contestar o Programa de Reorganização Escolar, e disseminou em diversas escolas estaduais, tanto na capital quanto no interior do estado.

As medidas imediatas efetuadas pelo movimento secundarista, além das ocupações escolares, foi o bloqueio (denominado pelos secundaristas de *travamento*) de ruas e avenidas importantes da cidade de São Paulo e que dão acesso aos grandes centros comerciais, com cartazes afirmando: “Hoje a aula é na rua”, “A união faz a força” entre outras; cadeiras e carteiras das escolas foram usadas como instrumento dos bloqueios das vias, onde os alunos sentavam e ali permaneciam discutindo e protestando contra o governo de Alckmin.

"Nós, estudantes, estamos ganhando muita força com esse movimento. A gente acorda e já fala um pro outro: resistência. Nosso governo começou o ano batendo em professor e termina o ano batendo em aluno. Isso não pode acontecer porque nós somos o futuro" – Victor, 16 anos (EIROA, 04 dez. 2015, Trip).

A cobertura midiática os tratava como vândalos, invasores (e não ocupantes dos espaços escolares por princípios contrários as medidas do governo), as entrevistas concedidas pelos secundaristas às grandes mídias brasileiras eram editadas, as falas dos estudantes alteradas, esta prerrogativa fez com que os secundaristas sentissem a necessidade de desenvolver estratégias que contradissem as imagens sobre os mesmos que eram transmitidas à população. Com isso priorizaram as redes sociais (facebook, twitter, instagram, blogs etc.) para comunicar os objetivos e as demandas do movimento nas escolas, essa estratégia de utilização dos recursos tecnológicos os possibilitou alcançar grandes visibilidades, expondo fotos, vídeos e informes de como era o dia-dia dos estudantes em suas respectivas ocupações, possibilitando, desta forma, a mudança e questionamentos da opinião pública, assim como expondo a manipulação de ideias que as grandes mídias realizavam para formação da opinião popular contrária ao movimento secundarista. Páginas na internet como “Não fechem minha escola” com aproximadamente duzentos e dezenove e

seiscentos e quarenta mil (219.640) seguidores usuários do facebook (acessado no ano de 08/2017), contendo grandes conteúdos de vídeos, depoimentos, imagens entre outros publicados por secundaristas de diversas escolas públicas que se encontravam ocupadas oriundas de diferentes estados brasileiros alcançou grandes visibilidades.

Outras estratégias desempenhadas pelo movimento secundarista foram: 1) não serem entrevistados sozinhos; 2) não responder aos questionamentos dos repórteres, mas, sim, informar assuntos pré-discutidos – aproveitando a visibilidade de grandes veículos; 3) utilização da técnica de repetição em coro para ler comunicados (SORDI; MORAIS, 2016).

Esse percurso estratégico desenvolvido e utilizado pelos estudantes proporcionou autonomia na forma de repassar suas mensagens ao público (contrariar, desmentir as reportagens jornalísticas formuladas pelas grandes mídias “SBT, Bandeirantes, Globo etc.”), possibilitando maior organização e proteção de possíveis retaliações advindas da polícia militar ou do governo estadual.

As exigências dos secundaristas que no início se apresentaram contrário ao Programa de Reorganização Escolar ganharam novas pautas e se fortificou ainda mais em sua auto-organização. Os espaços das ocupações escolares proporcionaram discussões de pautas insurgentes na sociedade contemporânea, como o sexismo, preconceito (racial, estético etc.), corrupção, entre tantas outras pautas presentes em discussões um tanto quanto acirradas na sociedade.

Uma pauta que ganhou notoriedade, e foi pressuposto para a continuação e sustentação das ocupações escolares que em 2016 já tinha ganhado diversos estados brasileiros, foi o desvio de verbas da merenda escolar. A essa altura, as ocupações já tinham explodido em diversos estados brasileiros tendo em suas reivindicações como as estruturas precárias das escolas brasileiras (físicas e pedagógicas), omissão de materiais escolares por parte da diretoria e achados pelos alunos, perseguição e represália aos docentes realizadas pela diretoria pelo fato dos docentes se posicionarem em salas de aulas, entre outros motivos que começaram a vir à tona e se convertiam em motivações para a luta e a contestação das ações estatais.

As manifestações foram se agigantando no estado de São Paulo, enfrentando grandes repressões policiais, exigindo a criação da CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) para investigar a máfia da merenda e o fim da Reorganização Escolar, com apoio notório dos pais e da comunidade escolar.

Durante o processo das ocupações escolares os estudantes tiveram que se organizar rotineiramente por meio de assembleias semanais, onde decidiam e deliberavam as tarefas necessárias para a manutenção da limpeza do prédio, alimentação, preparação dos materiais que serviam como apoio em suas manifestações nas ruas e avenidas, segurança e comunicação.

Nas assembleias também foram discutidas e deliberadas diversas oficinas que geralmente não estão presentes no plano de ensino curricular das escolas, oficinas com diferentes eixos temáticos como: dança, teatro, cinema, debates sobre a conjuntura política do país (na época já se cogitava o impeachment da Presidenta Dilma Rousseff), entre outros temas, os professores voluntários se dispunham a realizar essas oficinas e também aulas voluntárias, para que os alunos não se prejudicassem com o ano letivo.

“A gente já teve aula de História, uma professora veio aqui e deu aula especial sobre o que está acontecendo na Palestina, é algo bem legal. [...] Estamos tendo aulas, palestras e estamos ganhando mais conhecimento do que antes, porque era comum faltar professor” (CRUZ, 28 nov. 2015, Agência Brasil).

O desencarrilhar das ocupações escolares, para muitos especialistas, atravessou mais um estágio de amadurecimento do movimento de contestações anteriores, uma das que antecedeu as ocupações do movimento secundarista e que teve grande notoriedade e revolta popular em quase todos os estados brasileiros é a chamada jornadas de junho de 2013, liderado pelo movimento Passe Livre e que reivindicava a diminuição das tarifas dos ônibus coletivos ao qual conseguiram com êxito a diminuição monetária (momentânea) em quase todos os estados.

Este movimento pode ter sido o fio condutor para a explosão das ocupações escolares em 2015/2016 que resultaram em feitos positivos como a abolição do Programa de Reorganização Escolar e a instauração da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) em torno da pauta da máfia da merenda.

Além de feitos positivos obtidos pelo movimento secundarista é possível notar que o mesmo também proporcionou efeitos positivos individuais aos jovens, pais, docentes e a comunidade escolar em geral.

Houve um intenso processo de socialização e ressocialização dos sujeitos inseridos neste cenário de luta, o movimento secundarista ao proporcionar, por meio de assembleias deliberações



como: construção e efetivação de oficinas, participação de professores voluntários, envolvimento das famílias, organizações de limpeza do prédio, realização coletiva das comidas, segurança, comunicação, incentivo e realização de leituras coletivas, etc., estatuidando aos adolescentes essas responsabilidades mostra que a formação intelectual e política acerca da realidade posta aos adolescentes contribuíram para sua elevação mental, para sua formação de espírito coletivo.

Nota-se a importância do movimento social, fazendo-se fundamental para politizar e formar os estudantes, pois o mesmo incentiva e articula reflexões e dessa forma permite o maior acúmulo de capital cultural e linguístico. Aumenta o leque de oportunidades, contatos, proporciona uma maior observação contestadora, de estranhamento, de desnaturalização e com isso vem também a ampliação drástica do horizonte social, político/econômico e cultural notando claramente a aquisição de saber que o adolescente ao vivenciar e militar no movimento conquista, além da sua ampliação socializadora, adquirida por meio de uma maior rede de contatos disponíveis, tanto no âmbito individual quanto no coletivo (BOURDIEU, 1998; PINTO, 2000 *apud* PEIXOTO, 2016).

O processo de aquisição de saber é entendido pelos intelectuais e instituições públicas em sua grande maioria como uma educação formal, contudo é possível contradizer, pois existem outras instâncias que cumprem o papel da socialização do indivíduo na sociedade e não são somente as instituições que detém essa primazia. Por instâncias socializadoras podemos entender diversos elementos e ferramentas que surgem das relações sociais e contribuem para a formação do indivíduo, e uma delas é notoriamente os movimentos sociais, que possibilitam ao indivíduo como já mencionado acima acumulação de capital cultural, linguístico e simbólico, ou seja, concentração e ampliação de aquisição do saber.

As ocupações escolares utilizaram e se apoderaram dos espaços de ensino cujo objetivo era contestar, discutir, transformar o ensino formal e seu processo de precarização, ao qual o governo federal dá preferência às demandas de uma agenda econômica neoliberal posta em rigor no Brasil e deixa em segunda via a qualidade do ensino público nacional. O movimento secundarista comportou-se de forma a subverter a ordem, realizando estratégias de automanutenção e organização, conquistando o apoio da população e mostrando ser possível pautar e debater as dimensões da vida social, na esfera econômica, cultural e política.

REFERÊNCIAS

CRUZ, Fernanda. **Alunos de escolas ocupadas querem usar aula voluntária para abonar dias letivos.** Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2015-11/alunos-de-escolas-ocupadas-querem-usar-aula-voluntaria-para-abonar-dias>>. Acesso: 23.08.2017.

EIROA, Camila. **Os estudantes de São Paulo foram para o front contra a reorganização escolar e prometem não desistir tão cedo. Trip acompanhou o movimento de perto.** Disponível em: <<http://revistatrip.uol.com.br/trip/a-suspensao-da-reorganizacao-escolar-e-o-que-os-alunos-tem-a-dizer>>. Acesso: 23.08.2017.

LACOMBE, Milly. **O que podemos aprender com as ocupações das escolas de São Paulo.** Disponível em: <<http://revistagalileu.globo.com/Revista/noticia/2016/05/o-que-podemos-aprender-com-ocupacoes-nas-escolas-de-sao-paulo.html>>. Acesso em: 24. 08.2017.

PEIXOTO, Maria Angélica. **Formação e Movimento Estudantil.** Revista Movimentos Sociais, Goiânia, v. 01, n. 01, p. 161-182, jul. /dez. 2016.

PEIXOTO, Maria Angélica. **Universidade, Movimento Estudantil e Trajetórias Individuais.** Revista da Faculdade Estácio de Sá, Goiânia, v. 01, n. 02, p. 54-67, set. /dez. 2009.

SORDI, Denise Nunes; MORAIS, Sérgio Paulo. **“Os estudantes ainda estão famintos”!: ousadia, ocupação e resistência dos estudantes secundaristas no Brasil.** Religacion: Revista de Ciencias Sociales y Humanidades, Quito, v. 01, n. 02, p. 25-43, jun. 2016.